

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL E AS ORIGENS DO IFPR

THE HISTORY OF THE BRAZILIAN PROFESSIONAL EDUCATION AND THE ORIGINS OF THE IFPR

Wilson Lemos Júnior¹

Resumo: Este artigo objetiva apresentar a trajetória histórica do Instituto Federal do Paraná (IFPR) e sua relação com a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica iniciada no Brasil no ano de 1909. O artigo se divide em três partes. A primeira dedica-se à criação oficial da Rede Federal de Educação Profissional que ocasionou a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET – PR), transformado em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) no ano de 2005. A segunda e a terceira parte tratam da experiência particular da história das instituições que deram origem à criação do IFPR. Na segunda parte, destaca-se a experiência da Escola Alemã/ Colégio Progresso entre os anos de 1869 até 1942, ano em que o colégio teve seu patrimônio e estrutura cedidos à Universidade Federal do Paraná. A terceira parte dedica-se à história da instituição na qualidade de integrante da UFPR até seu desmembramento no ano de 2008, dando origem ao IFPR. Baseada na valorização da experiência na história, defendida por Edward Palmer Thompson (1981) privilegia-se a história particular do Instituto Federal do Paraná, que seguiu caminhos diferentes do trilhado pela Rede Federal de Educação Profissional, iniciada no ano de 1909. Utilizam-se, além da legislação educacional, estudos de autores como Kreutz (2011), Leite (2010), Manfredi (2002), Nascimento (2007), Santos (2011) e Souza (2012).

Palavras-chave: Rede Federal de Educação Profissional. Ensino Técnico. Escola Técnica da UFPR. IFPR.

Abstract: The objective of this article is to present the history of the Instituto Federal do Paraná (IFPR) and its relation with the creation of the federal network of professional education begun in the Brazil in 1909. The text is divided in three parts. The first covers the experience of the history of the institutions that gave origin to creation of the Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET – PR). The second and third parts covers the particular experience of the institution that led to the creation of IFPR. The second part covers the experience of the Deutsche Schule/ Colégio Progresso between 1869 to 1942, when its heritage was donated to UFPR. The third part covers the history of the institution while integral of the UFPR, until its separation, in 2008, giving origin to IFPR. Using the concept of the experience on history, defended by Edward Palmer Thompson (1981), the particular history of the Instituto Federal do Paraná is privileged. This history followed different ways of the federal network of professional education, started in 1909. Beside the educational legislation, are used studies of authors, such as Kreutz (2011), Leite (2010), Manfredi (2002), Nascimento (2007), Santos (2011) and Souza (2012).

Keywords: Federal network of professional education. Technical education. Escola Técnica da UFPR. IFPR.

¹ Doutor em Educação. Professor do IFPR – *Campus* Curitiba. Email: wilson.lemos@ifpr.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Apesar da lei de criação dos Institutos Federais ter sido promulgada em dezembro de 2008, muitos dos Institutos Federais criados no Brasil já possuíam uma história ligada à Rede Federal do ensino profissional, já que, na maioria dos estados, o que ocorreu foi a transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

No caso do Instituto Federal do Paraná (IFPR), a história ocorreu de maneira diferente, pois o CEFET-PR foi transformado em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) no ano de 2005, tornando inviável sua adaptação para Instituto Federal. Com isso, o IFPR foi criado a partir do desmembramento de outro setor responsável pelo ensino técnico na cidade de Curitiba: o Setor de Educação Profissional e Tecnológica (SEPT) da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Baseado na valorização da experiência histórica, defendida pelo pesquisador inglês Edward-Palmer Thompson (1981), este texto busca retomar a história do Instituto Federal do Paraná, relacionando a realidade local com o contexto nacional. O artigo está dividido em três partes. A primeira parte busca contextualizar a experiência oficial da criação da Rede Federal de Educação Profissional, instituída nacionalmente a partir do ano de 1909. Nesse tópico, destaca-se a experiência da criação da escola que originou a UTFPR. A segunda e a terceira parte tratam da experiência particular da história do IFPR, com destaque para as escolas que deram origem à instituição. Na segunda parte, analisa-se a história da Escola Alemã/ Colégio Progresso entre os anos de 1869 e 1942 e, na terceira, prioriza-se a história da instituição como integrante da UFPR entre os anos de 1943 e 2008.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A história da Rede Federal de Educação Profissional no Brasil

Apesar do ensino profissional no Brasil ter origens no período Colonial e de ter havido, no século XIX, algumas tentativas de criar escolas voltadas para a educação profissional como, por exemplo, as Escolas de Fábricas, mantidas pelo rei D. João VI, foi somente no início do século XX que foi criada uma rede federal de ensino profissional no Brasil, mantida pelo governo federal.

Em 1906, Nilo Peçanha, então presidente da Província do Rio de Janeiro, criou naquela federação as primeiras escolas de educação profissional do Brasil. Em âmbito nacional, o presidente da República, Afonso Pena, prometia um forte investimento na educação profissional brasileira, considerada um dos elementos indispensáveis para o progresso da nação após a proclamação da República. Apesar das promessas do presidente, nada de concreto ocorreu no campo da educação profissional. A morte de Afonso Pena no ano de 1909, vítima de pneumonia, levou Nilo Peçanha à presidência da República. O novo governante, a exemplo do que havia efetuado no Rio de Janeiro, promoveu a criação da Rede Federal de Educação Profissional, por meio da assinatura do Decreto Federal n.º 7.566/09, de 23 de setembro de 1909, no qual se estabeleceu a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices em todos os estados brasileiros (BRASIL, 2013).

A criação da Rede Federal mantinha como objetivo ofertar uma profissão a crianças e jovens desafortunados, com idades variando entre 10 e 13 anos. “A condição de pobreza deveria ser atestada por pessoas idôneas” (LEITE, 2010, p.14). Para atender a essa demanda, o ensino profissional deveria assumir uma dupla função: a de ensinar uma profissão e a de formar o cidadão apto a viver dentro dos ideais republicanos brasileiros. A educação moral privilegiava a orientação para uma harmônica convivência em sociedade, mantendo os desafortunados longe do vício e da miséria. Leva-se em consideração que toda experiência vivenciada pela educação profissional no Brasil, ocorrida nos séculos anteriores, sempre investiu no mesmo público-alvo, fazendo com que a educação profissional herdasse uma história de exclusão,

já que privilegiava determinadas profissões manuais (Sapataria, Marcenaria, Alfaiataria, Serralheria, etc.), que deveriam pertencer ao público desprovido de recursos, enquanto cursos de Direito e Medicina destinavam-se, quase que exclusivamente, para estudantes das classes mais abastadas.

Em Curitiba, a Escola de Aprendizes Artífices do Paraná (EAAPR) foi inaugurada no dia 16 de janeiro de 1910. A escola teve como primeiro diretor Idelfonso D'Assumpção, um renomado educador que ficou a frente da instituição até a data de sua morte em fevereiro de 1928. Nessa escola eram ofertados inicialmente os cursos de Alfaiataria, Marcenaria, Sapataria, Serralheria Mecânica, Selaria e Tapeçaria (LEITE, 2010).

A respeito do funcionamento do curso, Leite (2010, p. 17) relata que:

as aulas eram ministradas de segunda-feira a sábado, das 9 às 16 horas, divididas entre instrução primária pela manhã e oficinas à tarde. Matrículas foram aceitas praticamente durante todo o ano letivo – quando da abertura de suas portas a Escola contava com 45 alunos e encerrou 1910 com um total de 219.

Mesmo com a criação da Rede Federal de Educação Profissional, havia muitas carências para o correto funcionamento das instituições, a exemplo dos problemas de infraestrutura. Havia também o despreparo dos professores lotados em tais escolas, uma vez que eram retirados das próprias fábricas, mantendo assim um conhecimento prático de sua profissão, porém sem possuir praticamente nenhum conhecimento teórico sobre o assunto (SANTOS, 2011).

Durante o período do governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945), houve um grande investimento na educação profissional brasileira, uma vez que, em busca do desenvolvimento industrial da nação, o presidente priorizou a formação de uma mão de obra nacional, para que o país suprisse sua crescente demanda da industrialização. Entre as ações do governo de Vargas, destaca-se a transformação das escolas de aprendizes e artífices em liceus, segundo determinação da Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937. Em Curitiba, a Escola de Aprendizes Artífices passou a se chamar Liceu Industrial do Paraná² ainda no mesmo ano (LEITE, 2010).

² Várias denominações foram utilizadas para designar a escola: Liceu Industrial do Paraná, Liceu Profissional do Paraná, Liceu Industrial de Curitiba (LEITE, 2010).

Durante o período ditatorial conhecido como Estado Novo (1937 – 1945), o governo de Vargas procurou expandir ainda mais o ensino técnico. Na Constituição de 1937, a educação profissional foi citada, reforçando o objetivo de ensinar e orientar os desafortunados brasileiros:

o ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais (BRASIL, 1937).

Foi a primeira vez em que houve menção a respeito do ensino profissional em uma constituição brasileira. Porém, havia uma séria limitação ao ensino profissional, já que o estudante formado no curso técnico era proibido de acessar o ensino superior. Isso reforçava a dualidade existente na educação brasileira, pois havia, por um lado, a educação profissional, destinada para estudantes provenientes das classes menos favorecidas financeiramente, e, por outro, o secundário, que preparava o estudante das classes mais abastadas para o ingresso no ensino superior:

a política educacional do Estado Novo legitimou a separação entre o trabalho manual e o intelectual, erigindo uma arquitetura educacional que ressaltava a sintonia entre a divisão social do trabalho e a estrutura escolar, isto é, um ensino secundário destinado às elites condutoras e os ramos profissionais do ensino médio destinados às classes menos favorecidas. Outra característica desse período é o papel central do Estado como agente de desenvolvimento econômico (MANFREDI, 2002, p. 95).

Durante as reformas do ministro Gustavo Capanema no governo Vargas no ano de 1942, foram apresentadas novas medidas para a educação profissional. Em 30 de janeiro de 1942, foi criada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que permitia, ao egresso do curso técnico, o ingresso no ensino superior, desde que fosse em curso pertencente à mesma área de sua formação. No dia 22 de janeiro de 1942, foi assinado o decreto de criação do Serviço Nacional da Indústria (SENAC). Em conformidade com o Decreto n.º 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, o Liceu Industrial do Paraná passou a se chamar Escola Técnica Federal de Curitiba, ministrando o ensino de 1º e 2º Ciclos. A ideia era que a Escola Técnica ofertasse um ensino de longa duração e mais completo, enquanto que o SENAC se destinasse a cursos de curta duração. Após a promulgação da LDB n.º 4.024 no ano de 1961, foi permitido,

ao egresso de qualquer curso técnico de nível secundário, o ingresso no ensino superior (BRASIL, 2013). Porém, deve-se destacar que:

a equivalência estabelecida pela Lei 4.024/1961, entretanto, não conseguiu superar a dualidade, tendo em vista a permanência de duas redes de ensino no sistema educacional brasileiro, sendo que o ensino secundário continuou mantendo o privilégio de ser reconhecido socialmente (SANTOS, 2011, p. 219).

No ano de 1971, houve a aprovação da Lei 5.692/1971, que desativou os cursos técnico-industriais de primeiro ciclo (ginásios industriais). Com isso, a partir de 1978, as Escolas Técnicas Federais começaram gradativamente a se transformar em Centros Federais de Educação Tecnológica. A Escola Técnica Federal do Paraná, uma das primeiras do Brasil a realizar a transformação, ainda em 1978, passou a se chamar CEFET-PR. Em outros estados, as transformações das escolas técnicas em CEFET se estenderam até o ano de 1983. Com essa adaptação, algumas destas instituições passaram a ofertar cursos de engenharia, além dos cursos técnicos. Esse foi o caso no Paraná, que iniciou o curso superior de Engenharia Industrial ainda no ano de 1978 (LEITE, 2010).

Em 7 de outubro de 2005, o presidente Luís Inácio Lula da Silva oficializou a transformação do CEFET-PR em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Trata-se da primeira (e até então única) instituição brasileira a ter conseguido tal feito, já que, apenas três anos depois, foi publicada a lei de criação dos Institutos Federais, que tinha como perspectiva a transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica espalhados pelo Brasil em Institutos de Educação, Ciência e Tecnologia.

A transformação do CEFET-PR em Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) no ano de 2005 ocasionou um problema para o governo brasileiro no ano de 2008, quando foi promulgada a lei de criação dos Institutos Federais, já que a intenção do governo brasileiro era justamente a transformação dos CEFET em Institutos Federais. No Paraná, como essa transformação não foi possível, devido à transformação em UTFPR, coube à Universidade Federal do Paraná, por meio do Setor de Educação Profissional e Tecnológica (SEPT), iniciar o processo de criação do IFPR. Vale destacar que o plano de expansão dos Institutos previa a criação de pelo menos um Instituto Federal por estado.

Essa particularidade ocorrida no estado do Paraná fez com que a história do IFPR não estivesse vinculada diretamente a da criação da Rede Federal no ano de 1909. Para compreender a história do IFPR, foi necessário recorrer à história do SEPT e não a do CEFET-PR, como ocorreu em outros estados brasileiros. Essa experiência particular da história do IFPR mantém relação com os relatos do historiador Thompson (1981, p. 61), ao destacar que:

[...] certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos, culturais) relacionaram-se, não de qualquer maneira que nos fosse agradável, mas de maneiras particulares e dentro de determinados campos de possibilidades; que certas formações sociais não obedecem a uma 'lei', nem são os 'efeitos' de um teorema estrutural estático, mas se caracterizam por determinadas relações e por uma lógica particular do processo [...].

De acordo com Thompson (1981), a história local possui uma lógica própria, que mesmo submetida ao sistema vigente, é capaz de experiências particulares como, por exemplo, a desobediência às regras e normas estabelecidas. Isso faz com que o historiador assuma as particularidades de seu objeto de estudo, nesse caso específico, a história do IFPR, ou melhor, das diferentes escolas que deram origem ao IFPR.

2.2 A origem do IFPR: *Deutsche Schule* / Colégio Progresso (1869 – 1942)

A origem do IFPR remonta ainda ao século XIX, mais precisamente em 1869, quando na criação da *Deutsche Schule* (Escola Alemã), instituição criada por imigrantes alemães residentes na cidade de Curitiba. Deve-se destacar que esta escola não mantinha o foco de atuação no ensino profissional, mas sim no nível primário, que mantinha oito anos de duração e era ministrado na língua alemã:

nos primeiros anos de sua existência, a escola funcionou de maneira irregular, porém, a partir de 1872, o número de matrículas aumentava gradativamente e a casa do pastor, que servia de local para as aulas, já não comportava a demanda. O ensino passou então a ser ministrado nas dependências da Igreja, até que se conseguissem fundos para a construção do edifício sede, o que ocorreu em julho de 1892. Nesta época, a Escola Alemã já não possuía um vínculo administrativo com a Igreja, se bem que dependesse financeiramente da comunidade evangélica e os pastores continuassem como professores e diretores do estabelecimento escolar (SOUZA, 2012, p. 45).

Até 1884, a escola estava sob jurisdição da comunidade evangélica, tendo depois passado à jurisdição de uma associação escolar interconfessional, fundada por August Gaertner. Em 1914, a escola alemã alterou seu nome para Colégio Progresso, mas continuou sendo popularmente conhecida como Colégio Progresso/Escola Alemã. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com a forte tendência nacionalista, defendida pela imprensa e governo brasileiro, a Escola Alemã teve seu patrimônio depredado e acabou sendo fechada (DE BONI, 1998).

Após o fim da Primeira Guerra Mundial, a comunidade germânica buscou a autorização do governo para a reabertura do colégio, sob o argumento de que fosse uma instituição genuinamente brasileira. Em 1919, a solicitação foi aceita e o Colégio Progresso foi reaberto, porém com número reduzido de matrículas³. No ano de 1929, o colégio criou o ensino secundário, chamado vulgarmente de curso ginásial⁴, totalmente ministrado em português. Foi a primeira escola comunitária teuto-brasileira a conseguir autorização para funcionamento no Brasil, o que ocorreu no ano de 1934. O fato permitiu a valorização da escola, mas transformou sua cultura, já que foram ministrados dois cursos, em línguas diferentes. O ensino primário no modelo alemão era ensinado pela manhã no período de oito anos, sob a direção de Carlos Scheil, e o ensino ginásial era ofertado em língua portuguesa no período da tarde, dirigido pelo professor Fernando Moreira. Deve-se levar em conta, que o Colégio Progresso mantinha como um dos objetivos o de ofertar uma continuação do ensino primário da Escola Alemã, já que esse curso não era reconhecido pelo governo brasileiro (SOUZA, 2012).

As escolas de imigrantes resistiram às pressões da Primeira Guerra Mundial, mas durante a década de 1930, com a ascensão do governo de Getúlio Vargas, o processo de nacionalização do ensino tornou-se mais opressor do sofrido até então. Em 1934/35 muitas escolas alemãs, italianas, polonesas e japonesas foram fechadas e substituídas por escolas nacionais.

Foi neste contexto que ocorreu o fato mais relevante da história do Colégio Progresso no que diz respeito à sua relação com o IFPR e à educação

³ No final da década de 1920, a Escola Alemã/Colégio Progresso contava com apenas 86% das matrículas em comparação ao período anterior ao seu fechamento (SOUZA, 2012).

⁴ O curso ginásial seria o equivalente atualmente ao período de 6º a 9º ano do Ensino Fundamental.

profissional. No ano de 1936, a escola passou a ofertar seu primeiro curso técnico no período noturno, o Curso Comercial, de cunho essencialmente prático. Segundo Souza (2012), a organização temporal do curso era a seguinte: propedêutico (3 anos), admissão (1 ano), auxiliar de comércio (2 anos), guarda-livros (2 anos), perito-contador (3 anos), datilografia, estenografia e correspondência comercial e oficial (3 ou 6 meses, dependendo do número de aulas diárias).

No final da década de 1930, as escolas de imigrantes passaram a sofrer com o incentivo ao projeto de nacionalização emplacado pelo governo de Vargas, que propôs diversos decretos de ação coibitiva aos estrangeiros. Em 1938, o Decreto nº 406/1938 ordenou que todo material utilizado na escola elementar fosse em português, que todos os diretores e professores das escolas fossem brasileiros natos e que, no currículo escolar, tivesse História e Geografia do Brasil, além de ordenar destaque à bandeira brasileira em dias festivos. Em 1939, Getúlio Vargas estabeleceu que o ministro da educação supervisionasse todos os livros das escolas elementares e secundárias. Também, instruiu os secretários estaduais de educação a construir e manter escolas em áreas de colonização de estrangeiros. Em 1941, proibia-se a importação de livros-texto de língua estrangeira para o ensino elementar, assim como sua impressão em território nacional:

além da legislação federal, os estados com as escolas de imigração também promoveram medidas nacionalizadoras. Foi um processo com variações regionais, mas com muita tensão entre agentes de nacionalização e lideranças mais ligadas à promoção das escolas étnicas. Houve exageros, destruição de material didático ou seu ocultamento por parte dos imigrantes, prisão de professores e de lideranças mais exacerbadas. (KREUTZ, 2011, p. 366).

Em Curitiba, o Colégio Progresso passou a ser visto com suspeição desde o ano de 1938, conforme relata Souza (2012, p. 79):

quando da escolha da nova diretoria, cujos membros iriam traçar diretrizes para a instituição de ensino, no início do mês de maio de 1938, a reunião contou com a presença de militares. Na ocasião, os presentes resolveram dar outra denominação ao estabelecimento, passando a chama-lo de Sociedade Colégio Progresso, atribuindo-lhe um caráter educativo, de acordo com as leis.

No ano de 1942, a situação se agravou, já que houve o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha. Isso ocasionou diversas prisões de indivíduos alemães no Brasil. Isso fez com que a Escola Alemã/Colégio Progresso tivesse seu fim decretado. No dia 22 de dezembro de 1942:

[...] a Sociedade Colégio Progresso reuniu-se em assembléia, com vinte e seis membros, 'numa das salas do Colégio Progresso', para discutir sobre a dissolução da sociedade e a 'passagem de seu patrimônio para uma entidade superior de ensino'. Mesmo com outras propostas a serem analisadas, as trazias por Júlio Moreira, professor na Faculdade de Medicina do Paraná, ao tomar a palavra, expôs que falava 'em nome da comissão designada para tratar do assunto'. Ficou então decidido que esta sociedade seria 'extinta e o patrimônio seria 'entregue' à Faculdade de Medicina do Paraná, a qual garantiria os direitos de continuidade dos professores e funcionários do colégio, sendo na ocasião nomeada uma comissão, composta por cinco pessoas e 'remanescentes da Sociedade extinta', para proceder a passagem do patrimônio (SOUZA, 2012, p. 129).

O acordo foi firmado em 1943. A partir de então, consumou-se o processo de cessão e transferência patrimonial para a Faculdade de Medicina do Paraná, representada pelo diretor Dr. Victor Ferreira do Amaral. Neste processo, o curso comercial, criado em 1936, continuou funcionando na Academia Comercial Progresso anexa à Faculdade de Direito do Paraná.

O grupo de educadores alemães evangélicos que haviam feito parte da história da Escola Alemã/Colégio Progresso formou em 1940, um jardim de infância. Porém, foi somente após a guerra, em 1948, que foi fundada uma nova escola pelo Pastor Heinz Soboll. Esta foi chamada de Escola Evangélica de Curitiba, mais tarde de Ginásio Martinus e, posteriormente, Colégio Martinus (COLÉGIO MARTINUS, 2004).

2.3 De Escola Técnica da UFPR ao IFPR (1943 – 2008)

A partir de 1943, a escola passou a funcionar como Escola Técnica de Comércio anexa à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Deve-se presumir que esse foi possivelmente um difícil período de adaptação da escola, já que a própria Universidade do Paraná não se empenhou em incorporar a instituição de imediato, considerando a Academia Comercial Progresso apenas como uma unidade anexada à faculdade. Deve-se levar em consideração que dificilmente havia uma partilha justa de recursos entre os

diferentes setores da Universidade e a Academia Comercial Progresso, já que esta última não se encontrava na modalidade de ensino superior, foco principal de ensino da Universidade.

No ano de 1974, o Conselho Superior da Universidade Federal do Paraná resolveu incorporar a Academia Comercial Progresso à Universidade. Com isso, a academia passou a se chamar Escola Técnica de Comércio da Universidade Federal do Paraná. Certamente, com esse fato, a escola passou a receber maior visibilidade dentro da comunidade acadêmica.

Em 1990, a Escola Técnica de Comércio passa a se chamar apenas Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná. Na época, a instituição ofertava uma gama de 11 cursos técnicos, sendo eles os cursos de Contabilidade, Secretariado, Administração de Empresas, Transações Imobiliárias, Massoterapia, Enfermagem, Radiologia Médica e Diagnóstico por Imagem, Higiene Dental, Prótese Odontológica, Artes Cênicas – Ator e Informática, todos na modalidade de ensino integrado, ou seja, ofertando o Ensino Médio juntamente com a formação técnica.

Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o ensino profissional foi alterado significativamente. Em 1994, o presidente sancionou a Lei n.º 8.948/1994, posteriormente alterada pela Lei n.º 9.649/1998, que ocasionou na estagnação da Rede Federal, pois apresentava no seu artigo 3º, que a criação de novas unidades para o ensino profissional deveria ocorrer, somente, em parceria com Estados, Municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não governamentais (BRASIL, 1994). A Lei n.º 8.948/1994 vigorou até a promulgação da Lei n.º 11.195/2005, que permitiu novamente a expansão da educação profissional brasileira, já no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Ainda na década de 1990, houve a promulgação do Decreto n.º 2.208/1997, que separou a educação profissional do ensino médio. Novamente, priorizou-se a dualidade na educação brasileira, tendo assim uma formação específica para o trabalho (curso técnico pós-médio) e outra formação para o pensar (ensino médio para posterior ingresso na universidade) (OLIVEIRA, 2013).

O SEPT passou a ofertar o Ensino Médio Geral, o que atraiu um grande público para a instituição, tendo em vista que entre 1994 e 1998, o número de

alunos ingressantes dobrou. No ano de 1997, a escola é elevada a setor, criando-se assim o Setor de Educação Profissional e Tecnológica (SEPT) da UFPR (IFPR, 2015). Em 2004, foi exarado o Decreto n.º 5.154/2004, que foi submetido, aprovado e incorporado na LDB n.º 9.394/1996 por meio da Lei n.º 11.174/2008:

essa nova legislação instituiu a possibilidade de integração do ensino propedêutico com o ensino profissional (técnico), ao mesmo tempo em que manteve a possibilidade de segmentação. Assim, a articulação entre educação profissional técnica e o ensino médio poderia ocorrer de três formas distintas: integrada, concomitante e subsequente. As modalidades concomitante e subsequente eram as mesmas previstas no Decreto n.º 2.208/1997. A novidade foi a introdução da modalidade integrada como forma de articulação a ser oferecia aos concluintes do ensino fundamental, em curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno. A definição a forma de organização curricular dos cursos, então, ficou a cargo de cada unidade escolar (ORTIGARA; GANZELI, 2013, p. 268).

Com a publicação da Lei n.º 11.892/2008, foi criada a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, constituída pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pela UTFPR, pelo CEFET Celso Suckow da Fonseca, do Rio de Janeiro e pelo CEFET de Minas Gerais, além das escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais:

ao todo, foram criados 38 Institutos Federais – IFs – a partir das transformações de Centro Federais de Educação Tecnológica ou Integração entre Centros Federais de Educação Tecnologia, Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais. Novas unidades escolares da Rede Federal criadas eram integradas a um dos institutos. Os Institutos Federais constituíram-se, assim, na institucionalidade que melhor representa a Rede, visto que, além de serem numericamente superiores entre as instituições que a compõem, a sua constituição abarcou 38 EAFs, 32 CEFETs, 8 Escolas Técnicas Federais e 8 Escolas Técnicas Vinculadas, perfazendo um total de 86 escolas, entre as quais estava um grande número daquelas que, historicamente, evoluíram das primeiras escolas de aprendizes, dos aprendizados e dos patronatos agrícolas. Ou seja, os IFs incorporavam toda a tradição do ensino técnico brasileiro (ORTIGARA; GANZELI, 2013, p. 273).

No caso de Curitiba, o SEPT, com o apoio do Conselho Superior da UFPR, se desmembrou no ano de 2009 para dar prosseguimento à criação do IFPR. O SEPT manteve-se ofertando cursos superiores de tecnologia e cursos técnicos integrados. Já o IFPR herdou a maior parte dos cursos técnicos do SEPT, passando a ofertá-los no *Campus* Curitiba. Atualmente o IFPR –

Campus Curitiba oferta oito diferentes cursos técnicos integrados ao ensino médio (Petróleo e Gás, Informática, Jogos Digitais, Contabilidade, Administração, Processos Fotográficos, Mecânica e Eletrônica), além de dezesseis cursos na modalidade subsequente ao ensino médio (Administração, Edificações, Eletromecânica, Eletrotécnica, Enfermagem, Eventos, Massoterapia, Mecânica, Processos Fotográficos, Produção de Áudio e Vídeo, Prótese Dentária, Radiologia, Saúde Bucal, Secretariado, Telecomunicações, Transações Imobiliárias), dois cursos superiores (Ciências Contábeis e Gestão Pública), além da Especialização *Lato Sensu* em Educação Profissional Técnica de Nível Médio (IFPR, 2015).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IFPR teve suas origens históricas trilhadas por um caminho particular quando comparado ao contexto nacional da educação profissional brasileira. Desde a *Deutsche Schule* no século XIX até a transformação em IFPR, no ano de 2005, tem-se uma história centenária, sendo a maior parte dela dedicada à educação profissional.

O projeto de expansão do ensino técnico da Rede Federal continua em voga. Atualmente, são várias as unidades que estão sendo criadas, principalmente em cidades do interior brasileiro. Destaca-se que não se deve apenas observar as expansões da Rede Federal, mas sim a qualidade dos cursos que são ofertadas nessa rede. Evidentemente, por serem relativamente novas, estas instituições ainda sofrem com problemas estruturais, quadros de servidores insuficientes, falta de recursos materiais, etc. Porém, deve-se valorizar o investimento na rede como uma possibilidade de oferta de ensino de qualidade para estudantes das diferentes regiões do país, o que não ocorre com as principais universidades federais, que estão presentes majoritariamente nas capitais e nas grandes cidades.

Assim como nas demais instituições da rede federal de ensino, o IFPR continua o projeto de expansão. Atualmente, o IFPR conta com vinte *campi* espalhados pelo Paraná (Assis Chateaubriand, Campo Largo, Capanema, Cascavel, Colombo, Curitiba, Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Jaguariaíva, Irati,

Ivaiporã, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Pinhais, Pitanga, Telêmaco Borba, Umuarama, União da Vitória). Há também cinco *campi* avançados (Astorga, Barracão, Coronel Vivida, Goioerê, Quedas do Iguaçu)⁵.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO DO COLÉGIO MARTINUS. Horário das aulas do ano letivo de 1953.

BRASIL. Ministério da Educação. Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2013.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos Do Brasil de 1937. **Diário Oficial da União**. 10 nov. 1937.

BRASIL. Decreto-lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Leis de Diretrizes e Bases. **Diário Oficial da União**. 20 dez. 1961.

BRASIL. Decreto-lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971. Leis de Diretrizes e Bases. **Diário Oficial da União**. 11 ago. 1971.

BRASIL. Lei n.º 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da União**. 9 dez. 1994.

BRASIL. Lei n.º 11.195, de 18 de novembro de 2008. **Diário Oficial da União**. 18 nov. 2008.

BRASIL. Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Diário Oficial da União**. 30 dez. 2008.

COLÉGIO MARTINUS. História do Colégio Martinus. Disponível em: <http://www.martinus.com.br/o_colegio/nossa_historia/historia_do_colegio.htm>. Acesso em: 20 ago. 2004.

DE BONI, M. I. M. **O espetáculo visto do alto: vigilância e punição em Curitiba (1890 – 1920)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

DIÉGUES JÚNIOR, M. Imigração, Urbanização e Industrialização: estudos sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil. **Sociedade e Educação**, Rio de Janeiro, v. 5, 1964.

IFPR. Instituto Federal do Paraná. História. Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/menu-institucional/institucional/historia/>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

⁵ Fonte: IFPR. Instituto Federal do Paraná. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/navegue-no-mapa/>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

IFPR. Instituto Federal do Paraná. Navegue no mapa. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/navegue-no-mapa/>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

IFPR. Instituto Federal do Paraná: Campus Curitiba. Disponível em: <<http://curitiba.ifpr.edu.br>>. Acesso em: 27 dez. 2015.

KREUTZ, Lucio. A educação de Imigrantes no Brasil. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 347 - 370.

LEITE, J.C. C. (Org). **UTFPR: uma história de 100 anos**. 2.ed. Curitiba: UTFPR, 2010.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

NASCIMENTO, O. V. **Cem anos de ensino profissional no Brasil**. Curitiba: IBPEX, 2007.

OLIVEIRA, R. A Reforma da Educação Profissional nos Anos 90. In: BATISTA, E. L.; MULER, M. T. (Orgs.). **A educação profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o Século XXI**. Campinas: Alínea, 2013.

ORTIGARA, C.; GANZELI, P. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: permanências e mudanças. In: BATISTA, E. L.; MULER, M. T. (Orgs.). **A educação profissional no Brasil: história, desafios e perspectivas para o Século XXI**. Campinas: Alínea, 2013.

SANTOS, J. A. S. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 205 – 224.

SOUZA, R. S. **A estrada do poente**. Curitiba: Máquina de escrever, 2012.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Enviado em: 31 dez. 2015

Aceito em: 21 jan. 2016

Editor responsável: João Paulo Partala